

**ACORDO DE COOPERAÇÃO
ACADÊMICA INTERNACIONAL
QUE ENTRE SI CELEBRAM A
UNIVERSIDADE FEDERAL DE
LAVRAS (UFLA) E A
INSTITUCIÓN UNIVERSITARIA
DIGITAL DE ANTIOQUIA, NA
FORMA ABAIXO:**

Pelo presente Instrumento e na melhor forma de direito, de um lado, a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS**, pessoa jurídica de direito público, autarquia especial integrante da Administração Indireta da União, criada pela Lei nº 8.956, de 15 de dezembro de 1994, vinculada ao Ministério da Educação, com sede na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais, Brasil, no *Campus* Universitário, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.078.679/0001-74, doravante denominada **UFLA**, neste ato representada por seu Diretor de Relações Internacionais, **FLÁVIO HENRIQUE VASCONCELOS DE MEDEIROS**, nomeado pela Portaria nº 373, de 14/05/2024, no uso do poder a ele delegado através da Portaria nº 287 de 11/04/2022 e, de outro lado, a **INSTITUCIÓN UNIVERSITARIA DIGITAL DE ANTIOQUIA**, com sede na cidade de Medellín, Antioquia, Colômbia, no Centro Cívico de Antioquia Plaza de la Libertad, Cra. 55 #42-90 Interior 0101, doravante denominada **IU Digital**, neste ato representada por seu **REITOR**, Sr. **JASSON ALBERTO DE LA ROSA ISAZA**, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA INTERNACIONAL**, que será regido, no que couber, pela Lei nº 14.133/21, pelas demais normas legais pertinentes à matéria, e mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Acordo tem por objeto o estabelecimento de parceria internacional com o escopo de promover o intercâmbio de discentes, de caráter amplo, em nível de graduação e de pós-graduação, bem como o intercâmbio de docentes e pesquisadores entre a **UFLA** e a **IU Digital**.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – Para os fins do presente Acordo, entender-se-á por instituição anfitriã a partícipe que receber discentes, docentes e pesquisadores para intercâmbio dentro do escopo do presente Instrumento; e por instituição de origem a partícipe da qual o discente, docente ou pesquisador, participante do programa de intercâmbio, fizer parte.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

As partícipes concordam em promover intercâmbios entre discentes, docentes e pesquisadores das respectivas instituições, oportunidade em que estes cumprirão as atividades estabelecidas no Plano de Trabalho (Anexo I deste Instrumento).

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – As partícipes, enquanto instituição anfitriã, deverão enviar ao órgão apropriado da instituição de origem, ao final da estada do discente, documento oficial, especificando as atividades desenvolvidas e a avaliação recebida, quando for o caso.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – A partícipes se comprometem a promover a integração dos discentes, docentes e pesquisadores na vida acadêmica da instituição anfitriã, bem como a prover orientação e apoio acadêmico, por meio de suas respectivas Diretorias de Relações Internacionais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO INTERCÂMBIO DE DISCENTES

Os discentes serão selecionados na sua instituição de origem, de acordo com os critérios dessa instituição, e observando as exigências e especialidades da instituição anfitriã.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – Os discentes pagarão todas as taxas acadêmicas e mensalidade na sua instituição de origem, se houver, não sendo cobradas taxas de qualquer ordem na instituição anfitriã.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – O pagamento de qualquer outra atividade que não seja um curso regular oferecido pela instituição anfitriã será de responsabilidade do próprio discente.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA– Havendo mobilidade de caráter presencial, os discentes serão responsáveis pelo pagamento dos aluguéis e taxas referentes à sua hospedagem e à alimentação, bem como serão responsáveis por suas despesas de viagens e por outros gastos com subsistência.

Parágrafo único - Dentro das disposições orçamentárias de cada instituição, a hospedagem e a alimentação poderão ser ofertadas pela instituição de destino de forma recíproca.

SUBCLÁUSULA QUARTA - Havendo mobilidade de caráter presencial, os discentes deverão possuir um seguro saúde com cobertura ampla, válido pelo período de estudos no país anfitrião, e visto apropriado válido pelo período de sua estadia no país anfitrião. A responsabilidade pela contratação do seguro e do visto será de cada um.

SUBCLÁUSULA QUINTA – Os discentes deverão submeter-se aos regulamentos e demais procedimentos acadêmicos da instituição anfitriã.

SUBCLÁUSULA SEXTA – O número de estudantes incluídos no programa de intercâmbio será definido a cada período acadêmico, de acordo com a disponibilidade das partícipes.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA - As partícipes, enquanto instituição de origem, reconhecerão os resultados acadêmicos obtidos pelo discente na instituição anfitriã, com base em plano de estudos ou atividades previamente acordado entre as partícipes e em seus créditos e/ou carga horária.

CLÁUSULA QUARTA – DO INTERCÂMBIO DE DOCENTES E PESQUISADORES

Os docentes e pesquisadores interessados em participar do intercâmbio de que trata a presente Cláusula serão selecionados na sua instituição de origem, de acordo com os critérios por ela estabelecidos e observando as exigências e especialidades da instituição anfitriã.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – O intercâmbio de docentes e pesquisadores será realizado em conformidade com o disposto no Plano de Trabalho específico, anexo ao presente Instrumento, definido de comum acordo entre as partícipes, contendo as atividades, os períodos, o financiamento, a coordenação, entre outros aspectos.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – Havendo mobilidade presencial, os docentes e pesquisadores participantes serão responsáveis pelo pagamento dos aluguéis e taxas referentes à sua hospedagem, bem como serão responsáveis por suas despesas de viagens e por seus gastos com subsistência, a menos que esses gastos estejam incluídos em bolsa concedida nos termos da legislação vigente.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – Havendo mobilidade presencial, os docentes e pesquisadores deverão possuir seguro-saúde com cobertura ampla, válido pelo período de sua estadia no país anfitrião, e visto apropriado válido pelo período de sua estadia no país anfitrião. A responsabilidade pela contratação do seguro e do visto será dos próprios professores e investigadores.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A instituição anfitriã não assumirá responsabilidade civil, judicial ou extrajudicial em relação a nenhum evento danoso que possam sofrer os discentes, docentes ou pesquisadores que participem dos programas de intercâmbio, sejam esses delitos, contravenções, acidentes ou enfermidades de qualquer natureza.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – A responsabilidade civil prevista como resultado de delitos ou fatos danosos ou culposos que possam ser cometidos por servidores ou funcionários da instituição anfitriã, não será alcançada pela exclusão de responsabilidade prevista no *caput* desta cláusula.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO

No âmbito da **UFLA**, a supervisão e coordenação executiva/administrativa do intercâmbio de discentes da graduação caberá à Diretoria de Relações Internacionais e a coordenação acadêmica caberá ao **Prof. GABRIEL ARAUJO E SILVA FERRAZ**, lotado no Departamento de Engenharia Agrícola (DEA) da UFLA. No âmbito da **IU Digital**, a coordenação do intercâmbio de discentes, docentes e pesquisadores caberá ao setor competente.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – Toda e qualquer questão derivada da aplicação e da interpretação deste Instrumento, será submetida, em primeira instância, ao arbítrio dos respectivos coordenadores, que deverão envidar esforços para superar as diferenças suscitadas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

Qualquer invento, aperfeiçoamento ou inovação tecnológica, obtenção de produto ou processo, inclusive o direito de exploração econômica de obras científicas ou literárias, resultantes das ações desenvolvidas no âmbito do presente Acordo serão objeto de instrumento específico, observando-se em qualquer caso, as normas jurídicas aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Todos os dados pessoais serão processados em total conformidade com as legislações de ambos os países envolvidos. No caso do Brasil, deverá ser observada a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Instrumento não implica compromissos financeiros entre as partes. O pagamento dos custos inerentes às atividades eventualmente acordadas correrá por conta de cada uma das partes.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – É vedada a indenização de uma partícipe à outra, bem como a transferência de recursos financeiros entre si.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RECIPROCIDADE

Cada partícipe oferecerá aos discentes, docentes e pesquisadores que a visitem, um tratamento similar ao dos próprios, tornando possível o acesso aos serviços necessários e reconhecendo os estudos realizados na outra Instituição, nos limites da legislação em vigor em ambos os países.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Instrumento é de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua última assinatura, podendo ser prorrogado, caso haja interesse público, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias do vencimento, mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

O presente Acordo poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, mediante a formalização de um instrumento jurídico específico pelas partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DENÚNCIA

Qualquer das partícipes poderá denunciar o presente Instrumento, a qualquer tempo e independentemente de justo motivo, desde que comunique a outra a sua intenção com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, fazendo jus aos benefícios ou vantagens até então auferidas e arcando com as responsabilidades das obrigações assumidas durante a respectiva vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

Constitui motivo para a rescisão deste Acordo de Cooperação Internacional o inadimplemento de quaisquer das cláusulas aqui pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partícipes, podendo ser firmados, se necessário, termos aditivos que farão parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Para dirimir as dúvidas que possam ser suscitadas na execução e interpretação do presente acordo, as partícipes envidarão esforços na busca de uma solução consensual. Não sendo possível, as convenientes indicarão, de comum acordo, um terceiro, pessoa física especialista em solução amigável de conflitos internacionais, para atuar como mediador e dirimir as controvérsias com base na legislação de ambos países envolvidos. As partes acordam que o direito aplicável e o foro competente serão aqueles do lugar de evento do litígio ou, havendo obrigação a ser cumprida, de seu cumprimento.

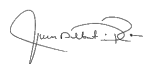
E, assim, por estarem justas e acordes, as partícipes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, sendo uma (1) em português e uma (1) em espanhol, para os mesmos efeitos legais.

p/ UFLA
Lavras, Brasil, Jul 31, 2025



Flávio Henrique Vasconcelos de Medeiros
Diretor de Relações Internacionais

p/ IU Digital
Medellín, Colômbia, Aug 6, 2025



Jasson Alberto De La Rosa Isaza
Reitor

**ACUERDO DE COOPERACIÓN
ACADÉMICA INTERNACIONAL QUE
FIRMAN ENTRE SÍ LA
UNIVERSIDAD FEDERAL DE
LAVRAS (UFLA) Y LA INSTITUCIÓN
UNIVERSITARIA DIGITAL DE
ANTIOQUIA COMO SIGUE:**

Por el presente Instrumento y en la mejor forma de la ley, por una parte, la **UNIVERSIDAD FEDERAL DE LAVRAS**, persona jurídica de derecho público, autarquía especial miembro de la Administración Indirecta de la Unión, creada por la Ley n° 8.956, del 15 de diciembre de 1994, vinculada al Ministerio de Educación, con sede en la ciudad de Lavras, Minas Gerais, Brasil en el Campus Universitario, inscrita en el CNPJ/MF bajo el n° 22.078.679/0001-74, en adelante denominada **UFLA**, representada en este acto por su Director de Relaciones Internacionales, **FLÁVIO HENRIQUE VASCONCELOS DE MEDEIROS**, nombrado por la Ordenanza n° 373, de 14/05/2024, en el uso de la competencia que le fue otorgada por la Ordenanza n° 287, de 11/04/2022; y, por otro lado, la(el) **INSTITUCIÓN UNIVERSITARIA DIGITAL DE ANTIOQUIA**, con sede en la ciudad de Medellín, Antioquia, Colombia, en el Centro Cívico de Antioquia Plaza de la Libertad, Cra. 55 #42-90 Interior 0101, en adelante denominada **IU. Digital**, representada en este acto por su **RECTOR**, Sr. **JASSON ALBERTO DE LA ROSA ISAZA**, resuelven celebrar este **ACUERDO DE COOPERACIÓN ACADÉMICA INTERNACIONAL**, el cual se regirá por la Ley n° 14.133/21 en Brasil y Ley 489 de 1998 en Colombia, por las demás normas jurídicas relativas a la materia, y en las cláusulas y condiciones que se exponen a continuación:

CLÁUSULA PRIMERA - OBJETO

El presente Acuerdo tiene por objeto el establecimiento de una alianza internacional con el objetivo de promover el intercambio de estudiantes, de carácter amplio, a nivel de grado y posgrado, y el intercambio de profesores e investigadores, entre la **UFLA** y la **IU Digital**.

SUB-CLÁUSULA ÚNICA - Para los efectos del presente Acuerdo, se entenderá por institución receptora la participante que reciba a los estudiantes, profesores e investigadores para intercambio en el ámbito de este Instrumento; y por institución de origen la participante de la cual el estudiante, profesor o investigador, es participante en el programa de intercambio.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBLIGACIONES

Las participantes acuerdan promover intercambios entre los estudiantes, profesores e investigadores de las respectivas instituciones, oportunidad en la que aquellos cumplirán las actividades establecidas en el Plan de Trabajo (Anexo I del presente instrumento).

SUB-CLÁUSULA PRIMERA - Las participantes, como institución receptora, deberán enviar a la oficina correspondiente de la institución de origen, al final de la estancia del estudiante, un documento oficial, especificando las actividades desarrolladas y la evaluación recibida, en su caso.

SUB-CLÁUSULA SEGUNDA- Las participantes se comprometen a fomentar la integración de los estudiantes, profesores, e investigadores en la vida académica de la institución receptora, así como a prestar apoyo académico, a través de sus respectivos Directorios de Relaciones Internacionales.

CLÁUSULA TERCERA - INTERCAMBIO DE ESTUDIANTES

Los estudiantes serán seleccionados en su institución de origen, de conformidad con los criterios de esa institución, observando los requisitos y especialidades de la institución receptora.

SUB-CLÁUSULA PRIMERA - Los estudiantes pagarán todas las tasas académicas y la mensualidad en su institución de origen y no se cobrarán tasas, de cualquier orden, en la institución receptora.

SUB-CLÁUSULA SEGUNDA - El pago de cualquier otra actividad que no sea de un curso regular ofrecido por la institución receptora será de responsabilidad del propio estudiante.

SUB-CLÁUSULA TERCERA- En caso de movilidad presencial, los estudiantes serán responsables por el pago de los arrendamientos y tasas relacionados con su alojamiento y alimentación, así como serán responsables por sus gastos de viaje y otros gastos de subsistencia.

Parágrafo único - Dentro de las disposiciones presupuestarias de cada institución, el hospedaje y la alimentación podrán ser ofrecidos por la institución de destino de forma recíproca.

SUB-CLÁUSULA CUARTA - En caso de movilidad presencial, los estudiantes deben someterse a los reglamentos y otros procedimientos académicos existentes en la institución receptora, y un visado adecuado válido para la duración de su

estancia en el país de acogida. Usted será responsable de contratar el seguro y el visado.

Parágrafo único - Dentro de las disposiciones presupuestarias de cada institución, el hospedaje y la alimentación podrán ser ofrecidos por la institución de destino de forma recíproca.

SUB-CLÁUSULA QUINTA – Los estudiantes deben cumplir los reglamentos y otros procedimientos académicos de la institución receptora.

SUB-CLÁUSULA SEXTA – El número de alumnos incluidos en el programa de intercambio se definirá cada periodo académico, en función de la disponibilidad de los participantes.

SUB-CLÁUSULA SÉPTIMA - Las participantes, como institución de origen, reconocerán los logros académicos obtenidos por los estudiantes en la institución receptora, basado en plan de estudios o actividades acordado previamente entre las participantes y en sus créditos y/o carga horaria.

CLÁUSULA CUARTA - INTERCAMBIO DE PROFESORES E INVESTIGADORES

Los profesores e investigadores interesados en participar en el intercambio regulado por la presente Cláusula serán seleccionados en su institución de origen, de conformidad con los criterios establecidos por la misma y observando los requisitos y especialidades de la institución receptora.

SUB-CLÁUSULA PRIMERA - El intercambio de profesores e investigadores se llevará a cabo de conformidad con lo dispuesto en el Plan de Trabajo específico, adjunto al presente Instrumento, definido de común acuerdo entre las participantes, conteniendo las actividades, los periodos, la financiación, la coordinación, entre otros aspectos.

SUB-CLÁUSULA SEGUNDA - En caso de movilidad presencial, los profesores e investigadores participantes serán responsables por el pago de los arrendamientos y tasas relacionados con su alojamiento y serán responsables por sus gastos de viaje y por sus gastos de subsistencia, a menos que estos gastos estén incluidos en la beca concedida en virtud de la legislación vigente.

SUB-CLÁUSULA TERCERA - En caso de movilidad presencial, los profesores e investigadores deberán tener un seguro de salud con cobertura completa y válida durante el periodo de su estancia en el país de acogida, y un visado adecuado válido para la duración de su estancia en el país de acogida. La responsabilidad

por la contratación del seguro y el visado será de los propios profesores y investigadores.

CLÁUSULA QUINTA - RESPONSABILIDAD CIVIL

La institución receptora no asumirá la responsabilidad civil, judicial o extrajudicial con relación a cualquier evento dañoso que pueda afectar a los estudiantes, profesores e investigadores que participen en los programas de intercambio, sean estos delitos, infracciones, accidentes o enfermedades de cualquier tipo.

SUB-CLÁUSULA ÚNICA - La responsabilidad civil prevista como consecuencia de delitos o de hechos dañosos o culposos que puedan ser cometidos por funcionarios o empleados de la institución receptora, no será alcanzada por la exclusión de la responsabilidad establecida en el *encabezado* de esta cláusula.

CLÁUSULA SEXTA – SUPERVISIÓN Y COORDINACIÓN

Dentro del ámbito de la **UFLA**, la supervisión y coordinación ejecutiva/administrativa del intercambio de estudiantes de graduación estará a cargo del Directorio de Relaciones Internacionales y la coordinación académica estará a cargo del **Prof. GABRIEL ARAUJO E SILVA FERRAZ**, lotado en el Departamento de Ingeniería Agrícola (DEA) de la UFLA. Dentro del ámbito de la **IU Digital**, la coordinación del intercambio de estudiantes, profesores e investigadores estará a cargo del profesional especializado de cooperación nacional e internacional.

SUB-CLÁUSULA ÚNICA – Todas y cada una de las cuestiones que surjan de la aplicación e interpretación del presente Instrumento se someterán, en primera instancia, a la discreción de los respectivos coordinadores, quienes se esforzarán por superar las diferencias planteadas.

CLÁUSULA SÉPTIMA - PROPIEDAD INTELECTUAL

Cualquier invención, mejora o innovación tecnológica, la obtención de un producto o proceso, incluyendo el derecho de explotación económica de obras científicas o literarias, resultantes de las acciones desarrolladas en virtud del presente Acuerdo estarán sujetos a instrumento específico, respetando, en todo caso, las disposiciones legales aplicables.

CLÁUSULA OCTAVA - PROTECCIÓN DE DATOS PERSONALES

Todos los datos personales serán procesados en pleno cumplimiento de las leyes de ambos países involucrados. En el caso de Brasil, deberá cumplirse la Ley n.º 13.709 de 14 de agosto de 2018 (Ley General de Protección de Datos Personales) que prevé el tratamiento de datos personales, incluso en medios digitales, por personas físicas o jurídicas de derecho público o privado, con el objetivo de proteger los derechos fundamentales de libertad y privacidad y el libre desarrollo de la personalidad de las personas físicas y la Ley de protección de datos personales aplicable en Colombia (Ley 1581 de 2012).

CLÁUSULA NOVENA - RECURSOS FINANCIEROS

Este instrumento no implica compromisos financieros entre las participantes. El pago de los costos inherentes a las actividades eventualmente acordadas estará a cargo de cada una de las participantes.

SUB-CLÁUSULA ÚNICA- Está prohibida la indemnización de una participante a la otra, así como la transferencia de fondos entre sí.

CLÁUSULA DÉCIMA - RECIPROCIDAD

Cada participante proporcionará a los estudiantes, profesores e investigadores que la visiten, un tratamiento similar al dispensado a los suyos, haciendo posible el acceso a los servicios necesarios y el reconocimiento de los estudios realizados en otra institución dentro de los límites de la ley vigente en ambos países.

CLÁUSULA DÉCIMO PRIMERA - PLAZO

El plazo de vigencia de este Instrumento es de 5 (cinco) años, a partir de la fecha de su última firma y podrá prorrogarse, si existe interés público, con antelación de un mínimo de treinta (30) días de la fecha de vencimiento, mediante un término de adición.

CLÁUSULA DÉCIMO SEGUNDA - MODIFICACIONES

El presente Acuerdo podrá ser modificado, excepto en cuanto a su objeto, mediante la formalización de un instrumento jurídico específico por las participantes.

CLÁUSULA DÉCIMO TERCERA - TERMINACIÓN

Cualquiera de los participantes podrá terminar este Instrumento en cualquier momento e independientemente de una causa justa, bajo la condición de que comunique a la otra o parte su intención con por lo menos sesenta (60) días, y cumpla con los beneficios o ventajas obtenidos anteriormente y asuma las responsabilidades de las obligaciones durante su respectiva duración.

CLÁUSULA DÉCIMO CUARTA - RESCISIÓN

Constituye causa de rescisión del presente Acuerdo de Cooperación Internacional el incumplimiento de cualquiera de los términos acordados aquí.

CLÁUSULA DÉCIMO QUINTA - CASOS OMISOS

Los casos omisos serán resueltos de común acuerdo entre las participantes, y podrán ser firmados, en su caso, los términos adicionales que serán parte integrante del presente Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMO SEXTA - RESOLUCIÓN DE LITIGIOS

Para resolver las dudas que puedan suscitarse en la ejecución e interpretación del presente Acuerdo, las partes se esforzarán en la búsqueda de una solución consensuada. No siendo posible, las convenientes indicarán, de común acuerdo, un tercero, persona física especialista en solución amistosa de conflictos internacionales, para actuar como mediador y dirimir las controversias con base en la legislación de ambos países involucrados. Las partes acuerdan que la ley aplicable y el tribunal competente serán los del lugar donde se haya originado el litigio o, si existe una obligación que cumplir, el de su cumplimiento.

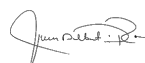
Y por lo tanto, ser justos y acordes, las participantes firman el presente instrumento en dos (2) copias de idéntico contenido y forma, una (1) en portugués y una (1) en español, para los mismos efectos legales.

p/ UFLA
Lavras, Brasil, Jul 31, 2025



Flávio Henrique Vasconcelos de Medeiros
Director de Relaciones Internacionales

p/ IU Digital
Medellín, Colombia, Aug 6, 2025



Jasson Alberto De La Rosa Isaza
Rector

[para assinatura] Acordo UFLA-IU Digital (PORT-ESP)

Final Audit Report

2025-08-06

Created:	2025-07-30
By:	Diretoria de Relações Internacionais (dri@ufla.br)
Status:	Signed
Transaction ID:	CBJCHBCAABAAAdc3MdsKNEIH9bzAaf1NheUpsbUvOzd

"[para assinatura] Acordo UFLA-IU Digital (PORT-ESP)" History

-  Document created by Diretoria de Relações Internacionais (dri@ufla.br)
2025-07-30 - 11:17:54 AM GMT
-  Document emailed to FLAVIO HENRIQUE VASCONCELOS DE MEDEIROS (flaviomedeiros@ufla.br) for signature
2025-07-30 - 11:22:06 AM GMT
-  Email viewed by FLAVIO HENRIQUE VASCONCELOS DE MEDEIROS (flaviomedeiros@ufla.br)
2025-07-31 - 5:43:57 PM GMT
-  Document e-signed by FLAVIO HENRIQUE VASCONCELOS DE MEDEIROS (flaviomedeiros@ufla.br)
Signature Date: 2025-07-31 - 5:44:25 PM GMT - Time Source: server
-  Document emailed to Jasson Alberto de la Rosa Isaza (rectoria@iudigital.edu.co) for signature
2025-07-31 - 5:44:32 PM GMT
-  Email viewed by Jasson Alberto de la Rosa Isaza (rectoria@iudigital.edu.co)
2025-07-31 - 5:45:31 PM GMT
-  Document e-signed by Jasson Alberto de la Rosa Isaza (rectoria@iudigital.edu.co)
Signature Date: 2025-08-06 - 7:43:16 PM GMT - Time Source: server
-  Agreement completed.
2025-08-06 - 7:43:16 PM GMT